Livro nº. 5
Folha 158
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

MUNICÍPIO DE

TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2009/2012

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2010/02/22

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE 2010

- - - Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dez, pelas catorze horas e trinta minutos, nos Paços do Concelho realizou-se a Assembleia Municipal de Terras de Bouro que reuniu em sessão ordinária com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

***Ponto um* – Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do decreto-lei número cento sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro; -------**

***Ponto dois* – Análise e votação de alteração do Regulamento de Apoio à Natalidade; ------**

***Ponto três* – Análise e votação de alteração ao Mapa de Pessoal; ----------**

***Ponto quatro* – Análise e votação da primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e dez; ----------**

***Ponto cinco* – Análise e votação do Plano de Pormenor do Bairro da EDP - Caniçada;**

Ponto seis – Análise e apreciação do processo INTERMARCHÉ – Parque de Estacionamento; ----------

***Ponto sete* – Análise e apreciação de parecer da Comissão de Reavaliação do Projecto "Naturparque". ----------**

Assumiu a Presidência da Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, assumindo o Senhor Avelino José Antunes Soares, o lugar de Primeiro Secretário e o lugar de Segundo Secretário, o Senhor Guilherme Coelho Alves. ----------

Estiveram na sessão, a representar a Câmara Municipal, o Presidente efectivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana e Vereadores, Dra. Liliana Machado e Dr. António Afonso. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de trinta e quatro, tendo-se verificado a falta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira. ----------

Comprovada a existência de "Quorum", o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, tendo, de seguida, concedido a palavra ao Senhor Avelino José Antunes Soares, que, na qualidade de primeiro secretário, deu conhecimento da correspondência recebida e colocada esta à disposição para consulta. ----------

Ainda sobre a correspondência recebida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para aludir à documentação remetida pela Assembleia Municipal de Vila Verde, sobre a reorganização anunciada e prevista dos Tribunais e que criará, muito provavelmente, dificuldades às populações que se terão que deslocar amiúde para resolver os seus problemas

Ricardo Manuel Ferreira Fonseca

específicos, devido às competências e localização dos mesmos no futuro, já que serão distribuídos por áreas diferentes. Seria conveniente que os partidos com assento nesta Assembleia visualizassem este documento para, eventualmente, tomar ou decidir algo sobre o assunto. ----------

De seguida, a acta da sessão anterior, a acta de vinte e oito de Dezembro de dois mil e nove, sessão extraordinária, foi colocada à consideração. ----------

Sobre a mesma pediram a palavra os Senhores Deputados Alexandre Pereira, Américo Pereira e Claudino Ferreira. ----------

O Senhor Deputado Alexandre Pereira informou então os presentes de que se iria abster na votação da acta de vinte e oito de Dezembro de dois mil e nove, porque só teria, supostamente, recebido, em formato digital, a primeira página do documento, desconhecendo, assim, na íntegra, o teor da acta. Esta situação foi, entretanto, esclarecida, pois ao ser consultado o cd em questão, num computador disponível na sessão, comprovou-se o envio, na totalidade, da respectiva acta, sendo o problema apresentado uma questão técnica de falha de visualização por parte do Senhor Deputado. ----------

No caso do Sr. Deputado Américo Pereira a não visualização ficou a dever-se, nas palavras do próprio, por não estar na sua casa de Braga e logo não ter tido acesso à correspondência em causa, em tempo útil e daí se justificar a sua opção de voto. ----------

O Senhor Deputado Claudino Ferreira afirmou logo depois que também não conseguiu "abrir" a documentação do cd, sendo que, muito provavelmente, tal situação se deveria à utilização de sistemas operativos menos actualizados ou até pela configuração de opções do próprio computador em causa. Desta forma, justificou a sua opção de voto. ----------

Seguidamente, a acta supra mencionada, foi colocada à votação e aprovada por maioria, com três votos de abstenção, no caso, dos Senhores Deputados, Alexandre Pereira, Américo Pereira e Claudino Ferreira. ----------

Ainda antes do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração da disposição dos pontos que a compõem, nomeadamente, o ponto seis, "*Análise e apreciação do processo INTERMARCHÉ – Parque de Estacionamento*", pela sua assumida importância e devido à presença do público que poderá querer, eventualmente, participar, poderia ser colocado, se não existir inconveniência alguma, como primeiro ponto. ----------

Colocada esta questão à consideração para análise e votação e não acontecendo qualquer intervenção, foi aprovada, por unanimidade, a alteração à Ordem de Trabalhos, passando assim a constar o sexto ponto como o primeiro, com as modificações daí inerentes. ----------

Iniciado o período de antes da ordem do dia, interveio, em primeiro lugar, o Senhor Deputado Agostinho Moura que alertou para a situação de redistribuição dos tribunais e de como isso iria afectar a população de Terras de Bouro, que se já hoje tem que se deslocar para resolver os seus problemas, no futuro, a confirmarem-se, as suspeitas, terão ainda que se dirigir muito mais longe. Aliás, continuou, a própria situação dos serviços públicos na sede do Concelho,

também não augura nada de bom, pois, a Conservatória do Registo Civil funciona sem Conservador há já algum tempo e quanto ao Centro de Saúde, tem um Delegado que vem de Vila Verde a meio tempo. A verdade, sublinhou o Senhor Deputado, é que o Concelho está a perder a sua força ao nível estrutural, os serviços são reduzidos sem justificação, talvez à luz da nova política de contenção do Governo e gostaria que o Executivo encetasse esforços para inverter esta situação. ----------

De seguida o Senhor Deputado, que voltou a falar da necessidade destas sessões terem um gravador, quis deixar as suas felicitações pelo público hoje aqui presente e fez uma chamada de atenção presente e futura para aquilo que classificou de confusão na Mesa da Assembleia, pois com a presença dos próprios membros e do Executivo Municipal, a verdade é que parece não se saber onde começa um e acaba outro, criando, desta forma uma situação algo confusa. Continuando, falou de falta de iluminação na ponte de Rio Caldo para o Gerês, que se mantém e da igual situação sobre a interrupção de fornecimento de energia eléctrica à zona do Gerês, que causa prejuízos consideráveis. Ainda sobre o Gerês e mais concretamente no centro da Vila, em frente à "Colunata", há uma encosta em que deveria ser, pelo mau aspecto, mas também pela perigosidade que representa, alvo de uma intervenção de limpeza. O actual aspecto em nada dignifica o local e sendo uma zona de intensa afluência turística, as condições seriam de melhorar, ou que fosse o Município a intervir no local ou que se obrigasse o dono a limpar. Também na Vila, mais concretamente, na rua da discoteca do hotel, fizeram-se algumas obras para colocação de tubos, que ficaram por concluir e que podem causar algum constrangimento, seria bom acautelar essa situação, alertou e concluiu nesta fase, o Sr. Deputado Agostinho Moura.----------

Posteriormente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio e respondeu ao Senhor Deputado Agostinho Moura que o actual aspecto da Mesa da Assembleia se deve a uma questão de logística e de disponibilidade da própria sala para a realização destas sessões, que, já se sabe, não é a melhor, sendo que, no futuro, algo irá ser feito para melhorar essas mesmas condições. Quis ainda, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referir que há Municípios onde todos os Vereadores e Chefes de Divisão estão presentes nas sessões da Assembleia Municipal e que também aqui seria bom que isso acontecesse para todos perceberem e cita-se " o que queremos para o Concelho", fim de citação. ----------

Logo depois, tomou a palavra o Senhor Deputado Claudino Ferreira para afirmar que na última reunião tinha sido dito nesta Assembleia que o Centro Interpretativo do Garrano não era uma obra útil para o Concelho. Assim, o Senhor Deputado, gostaria de ser informado sobre se esta estrutura acarreta muitos custos e quais as ideias futuras para o espaço. ----------

A intervenção seguinte foi da autoria do Senhor Alexandre Pereira que aludiu, igualmente, ao actual cenário e funcionamento inadequado da Assembleia Municipal, dizendo mesmo que o público se encontra ainda em situação mais difícil e que aos técnicos da Câmara Municipal

poderia caber estudar uma solução para esta situação se modificar. ----------

Referiu-se de seguida à acta da sessão anterior (situação que já tinha sido esclarecida, entretanto) e falou também do facto da documentação ser muito extensa e do tempo para a consultar ser pouco. Citou, inclusive, uma intervenção do Senhor Deputado Guilherme Alves em Setembro de 2009 sobre a disponibilidade das actas no *sítio* da Câmara Municipal e de como isso ainda não foi feito. ----------

Continuando a sua intervenção, o Senhor Deputado Alexandre Pereira, aludiu depois a uma situação de carência social em Valdosende, provocada pela morte súbita de um homem jovem, de apenas trinta e oito anos, militante do Partido Comunita Português e que deixou viúva com trinat equatro anos anos e dois filhos menores, que passam agora por enormes dificuldades devido à tragédia que aconteceu. Fez um apelo ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que os serviços de Acção Social e também os Serviços Jurídicos do Município possam acompanha e façam algo por esta família e eventualmente se possa arranjar emprego para a viúva em causa, ainda que, saiba o Senhor Deputado, das dificuldades que o Senhor Presidente da Câmara Municipal enfrenta, pois os pedidos devem ser muitos, mas esta situação é, realmente, muito grave. ----------

De seguida, iniciou a sua intervenção, o Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos que questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobras as obras municipais que se encontram a decorrer, piscinas municipais, pavilhão municipal e para quando a sua conclusão, além do parque urbano das Gordairas.----------

Prosseguindo, referiu-se à verba do PIDDAC 2010 para Terras de Bouro, cerca de cento e setenta e cinco mil euros (175.000 euros) como sendo uma esmola do Governo, pois, das Câmara Municipais do Partido Socilaista do distrito é até a mais baixa. Poderá se justificar tal situação com a perspectiva de elaboração de contratos programa ou parecerias publico – privadas, mas teremos que aguardar para confirmar ou não esta situação. Concluiu, questionando e apelando à *"força pública"* do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para inverter esta situação. ----------

A seguir, falou a Senhora Deputada Filomena Araújo sobre os *Trilhos de Miguel Torga* na senda da sua continuidade e como seria importante a georeferenciação dos mesmos na net assim como a sua calendarização. Falou também da falta de limpeza dos passeios no Gerês, igualmente da falta de limpeza do parque de estacionamento da Batoca, (a Câmara Municipal teria, segundo a Senhora Deputada um espaço disponível para o lixo mas que está também sujo) e das rotundas no Concelho, se estas não seriam adornadas com as flores da época. Finalizou, neste período, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o motivo da ausência do Município na reunião de Dezembro, na Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, em Viana do Castelo. ----------

O uso da palavra foi assumido seguidamente pelo Senhor Deputado Vítor Mendes que perguntou sobre qual seria o ponto de situação, depois do que foi dito na última sessão, do Posto da Guarda Nacional Republicana na Vila do Gerês. ----------

Logo depois, interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga questionado o a actual situação da ETAR de Pereiró. ----------

O Senhor Deputado Óscar Rodrigues pediu depois a palavra e começou por perguntar se a revisão do Plano Director Municipal (PDM) está em fase de conclusão e se há previsão, face às alterações introduzidas, de novas infra-estruturas para o Concelho, pois é conhecida a intenção de implementação de um hotel de cinco estrelas para o Campo do Gerês. A este propósito, o Senhor Deputado gostava de saber se existem empresas interessadas, se o Município está, igualmente, interessado e de que forma. Terminou, referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Alexandre Pereira, alertando para a necessidade de se abrir concurso públicos, quanto à eventual concessão aos pedidos de emprego, ainda que compreenda a situação social referenciada. ----------

Posteriormente, interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês alertando para a situação de um quadro eléctrico na via pública na sua freguesia e ainda para a má situação de falta de limpeza das vias pública junto ao Museu. ----------

Sobre as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal assumiu a palavra e ao Senhor Agostinho Moura disse que seria útil *"passar ao papel"* as afirmações e posições assumidas relativamente ao funcionamento dos serviços públicos no Concelho e quanto à intervenção do Senhor Deputado Claudino Ferreira, o Senhor Dr. Ricardo Gonçalves afirmou que quando era vereador sempre protestou com a forma como o processo foi, desde sempre, gerido e de como o Centro Interpretativo do Garrano foi implementado, pois o "garrano", por si só, não valia o investimento, um Centro Equestre seria, isso sim, uma mais valia! Até nos acessos se gastou dinheiro mal gasto, afirmou, pois, outra localização seria de considerar e não da forma como foi feito, com o pretexto de ligar as freguesias de Covide e de Carvalheira. Mais não foi do que uma mera opção política da Câmara Municipal da altura, sublinhou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Continuando e sobre o mesmo assunto, disse que, face às responsabilidades assumidas, é preciso analisar as possibilidades e as potencialidades do espaço para, à semelhança do que outros Municípios fizeram, como Ponte de Lima, Vila Verde, Cabeceiras de Basto ou Viana do Castelo, potencializar as características terapêuticas dos animais em causa, utilizados em diversas actividades, nomeadamente, junto de crianças com dificuldades.----------

Sobre a intervenção do Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmou que a verba do PIDDAC não é muito elevada mas vai ser aplicada da melhor forma, no Centro de Saúde Terras de Bouro, nomeadamente, nas obras que são urgentes, pois, o edifício está a "enterrar-se" lentamente, fruto dos terrenos movediços em que assenta, além da necessidade, também urgente, de melhoria e restauro do espaço que nunca foi bem aproveitado. A verdade, referiu, é que os tempos das *"vacas gordas"*, em termos de financiamento para Terras de Bouro, anos oitenta e noventa, não voltam mais e enquanto

os concelhos vizinhos aproveitaram esses fundos, Terras de Bouro não soube aproveitar e a culpa é do Partido Social Democrata, sublinhou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. O Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos voltou a pedir o uso da palavra nesta fase e começou por dizer que, ainda que não seja um especialista na área da saúde e, nomeadamente, em hipoterapia, sabe que é reconhecido pelos especialistas o valor terapêutico dos garranos e de como esta raça não é, nem pouco mais ou menos, considerada com algo de inferior nesta matéria. ----------

Sobre as verbas do PIDDAC, o Senhor Deputado lembrou que já estiveram atribuídos setecentos mil euros (700.000 euros) para a requalificação do Centro de Saúde de Terras de Bouro, mas que nunca chegaram e, além disso, Terras de Bouro já teve um milhão de euros (1.000.000,00 euros) do PIDDAC, exemplo de que nunca se perdeu um cêntimo do investimento candidatado, concluiu. ----------

Seguidamente, voltou a intervir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para dizer que nunca afirmou ser o garrano uma raça inferior ou que deveria ser excluído do projecto, na eventual remodelação do Centro Interpretativo, pois, também é da opinião que se trata de um animal extraordinário. O problema, lembrou, começou com a péssima localização do espaço em questão e da inerente dificuldade em rentabilizar o espaço pois, voltou a frisar, tudo não foi mais do que uma má opção do Executivo PSD de então que, desta forma e mais uma vez, não conseguiu criar emprego ou riqueza, desaproveitando as potencialidades do Concelho, frisou. –

De seguida, deu início à sua intervenção e consequente período de respostas aos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara Municipal que depois de saudar todos os presentes e começando por se referir à intervenção do Senhor Deputado Claudino Ferreira, (o Senhor Deputado Agostinho Moura não se encontrava à altura na sala e a sua resposta surge mais à frente) salientou, sobre o Centro do Garrano, que também é do interesse do Executivo Municipal a rentabilização do espaço, mas o problema é que não há, ainda, licença de utilização para o mesmo e, note-se, que já existem propostas para uma eventual concessão. Não nos podemos esquecer que estamos a falar de um investimento de um milhão de euros e onde faltam, inclusive, obras a realizar. ----------

Ao Senhor Deputado Alexandre Pereira e sobre o problema social apresentado, lamentou, igualmente, o falecimento do jovem Jacinto Ferreira de Valdosende e a consequente situação familiar criada, mas a Câmara Municipal não pode assumir um pedido de emprego como o que foi formulado, sendo no entanto, assegurado que os serviços de Acção Social da Câmara Municipal vão acompanhar a situação. Ainda ao Senhor Deputado Alexandre Pereira agradeceu a postura democrática e a simpatia demonstrada, na manifestação de protesto relativamente à revisão do Plano do Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG), quando o chamou para prestar declarações aos órgãos de comunicação social presentes. ----------

Prosseguindo e ao Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que se estão a ultimar pormenores nas obras referidas, com a implementação de balizas e tabelas de basquetebol no pavilhão e já quanto à Piscina

Municipal, a verdade é que ninguém acreditava na sua conclusão em dois mil e nove e agora decidiu-se proceder à alteração do tanque, que de duas pistas vai passar para seis, conseguindo, desta forma, uma maior e melhor utilização futura. No que diz respeito ao Parque das Gordairas estão a ser ultimados aspectos técnicos pelo Senhor Eng.º. Jerónimo Correia, mas é um projecto para avançar o mais rápido possível. ----------

Respondendo, de seguida, à intervenção do Senhor Deputado Agostinho Moura, agradeceu as recomendações feitas pelo Senhor Deputado e informou que já teve uma reunião com o Senhor Director do Agrupamento de Saúde Gerês – Cabreira, onde, infelizmente, se concluiu, face às novas politicas de ratio na saúde, de colocação de clínicos em função do numero de habitantes, a situação em Terras de Bouro não parece caminhar para melhor. Quanto à situação de falhas na energia eléctrica, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que esteve presente numa reunião, no passado dia 10 de Fevereiro, com o Senhor Eng.º Mário Guimarães da EDP e onde este garantiu que tudo iria ser feito para melhorar esta situação, sendo que, relativamente a este problemas, o Senhor Presidente realçou que ao Executivo cabe alertar, pedir e pressionar, na esperança de que as coisas melhorem. Quanto às obras na via, no Gerês, tal ficou a dever-se à implementação de condutas para gás canalizado, sendo que, informou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, até de se trata de uma obra ilegal que o Município já está a acompanhar para concluir o que ficou por fazer, única forma de normalizar a situação da via e a empresa em causa nem podia fazer o que fez, uma vez que não estava licenciada.----------

De seguida e no que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Manuel Aguiar Campos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que Terras de Bouro não foi o Município PS com menos verba no PIDDAC (170.000,00€), mas sim, Vieira do Minho, que tem a menor verba, com cerca de menos 105.000,00 euros. ----------

Já no que diz respeito às questões da Sr. Deputada Filomena Araújo, a Câmara Municipal e é uma aposta deste Executivo, vai continuar com a dinamização dos trilhos pedestres, actividade que começa já a vinte de Março com a colaboração no projecto "Limpar Portugal". A questão da sujidade dos passeios na zona da Vila do Gerês ficou a dever-se ao necessário abate de árvores e quanto ao embelezamento das rotundas, tal afigura-se difícil no Inverno, mas agora com a chegada em breve da Primavera a situação será diferente. Quanto à ausência do Município na reunião de Novembro da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, tal ficou a dever-se ao facto da informação, nesse sentido, não ter chegado atempadamente à Câmara Municipal, mas, já este mês, no passado dia três, esteve presente numa reunião, na mesma Entidade, com os três principais responsáveis, Doutor Melchior Moreira, Presidente, Dr. Júlio Meirinhos, Vice-Presidente e Eng.º Carlos Ferreira, Administrador Delegado, e onde foi analisado e debatido o turismo para Terras de Bouro. De salientar, segundo o Senhor Presidente, que ficou muito bem impressionado com o que foi apresentado,

pois, inteirou-se das perspectivas que existem sobre o turismo e apreciou o empenhamento e o dinamismo evidenciados pelas entidades presentes. O que ficou definido, nesta reunião, foi a aposta em produtos e não em concelhos, especificamente, ou seja, optou-se pela ideia do "Turismo de Natureza", "Turismo Religioso" e outros, sendo que, não deixou o Senhor Presidente, na reunião, de fazer uma observação sobre as potencialidades turísticas de Terras de Bouro. Em Santiago de Compostela irá abrir uma loja de turismo onde também constará Terras de Bouro, informou. ----------

Sobre a questão apresentada pelo Senhor Deputado Vítor Mendes, no que ao Posto da GNR, na vila do Gerês diz respeito, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que, numa reunião havida com o Senhor Governador Civil, este lhe garantiu que o Posto se vai manter em funcionamento e que irá, inclusive, ter um aumento no contingente. ----------

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga e sobre a ETAR de Pereiró, o Senhor Presidente informou que a Divisão de Saneamento Básico e Ambiente está a tratar da aquisição do terreno para a ETAR e irá acontecer uma reunião com a empresa "Águas do Ave" para concretizar o projecto. Sobre este assunto o Senhor Presidente afirmou ainda que o Município, ao aderir a estes sistemas, terá no futuro despesas muito elevadas e talvez seja preciso rever esta matéria. ----------

Continuando e ao Senhor Deputado Óscar Rodrigues, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, relativamente ao processo de revisão do PDM, este só ficará completamente definido e concluído depois da aprovação do "PROT – Norte" (Plano Regional de Ordenamento do Território), assim foi a informação que lhe foi prestada em sede da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDRN). Ainda assim, a comunicação que pode hoje ser feita, e isto segundo a empresa responsável, é que a revisão do PDM estará em fase avançada e este será apresentado ainda durante o primeiro semestre de dois mil e dez. Ainda ao Senhor Deputado Óscar Rodrigues e sobre as perspectivas de abertura de uma unidade hoteleira no Campo do Gerês, o Senhor Presidente afirmou que, por vezes, há desconhecimentos sobre o desenrolar dos projectos, pois, em primeiro lugar, o terreno em causa ainda é da EDP, em segundo lugar, terá que haver sempre um concurso público para adjudicação e em terceiro lugar e à luz do actual PDM, nem sequer é permitida a construção na área em questão por ser REN. Assim sendo e depois da revisão do PDM poderão ser confirmados ou não os planos que existem. ----------

No que concerne à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que os passeios junto ao Museu serão intervencionados logo que possível e quanto à questão do quadro eléctrico seria bom, futuramente, informar a Câmara Municipal o mais rápido possível para que estas situações de enorme perigo para as pessoas, não demorem mais do que é aceitável. ----------

O Senhor Deputado Alexandre Pereira pediu a palavra nesta fase para perguntar ao Senhor Presidente o porquê da ponte para o Gerês, em Rio Caldo, ainda se encontrar sem iluminação eléctrica, assim como o porquê das placas dos fontanários estarem na mesma e a situação

rodoviária por si aqui denunciada, em sessões anteriores, em Vilar da Veiga, não estar ainda resolvida. ----------

Ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, de imediato, que a ponte para o Gerês irá, logo que possível, ficar iluminada como a ponte para Vieira do Minho. ----------

Posteriormente, o Senhor Segundo Secretário da Assembleia Municipal, o Senhor Guilherme Coelho Alves, interveio para falar sobre a disposição da sala nestas sessões e de como se está a tentar melhorar este aspecto, sendo que, no futuro, este problema, será, certamente, resolvido. No que diz respeito à disponibilização das actas e documentação on-line ela será feita logo que possível e tal seja legal, pois há todo um procedimento de aprovação da documentação de umas sessões para as outras e que é preciso cumprir, ressalvou o Senhor Guilherme Coelho Alves. Deixou ainda um pedido para que, sempre que existam dúvidas ou problemas sobre a documentação, tal seja comunicado ao funcionário destacado para o efeito, no intuito de estas situações serem resolvidas o mais rápido possível. ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ordem de Trabalhos, da qual constam os seguintes sete pontos com a alteração da ordem atrás introduzida: ---------

***Ponto um* – Análise e apreciação do processo INTERMARCHÉ – Parque de Estacionamento;----------**

***Ponto dois* – Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do decreto-lei número cento sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro; ---**

***Ponto três* – Análise e votação de alteração do Regulamento de Apoio à Natalidade; -------**

Ponto quatro – Análise e votação de alteração ao Mapa de Pessoal; ----------

Ponto cinco – Análise e votação da primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e dez; ----------

Ponto seis – Análise e votação do Plano de Pormenor do Bairro da EDP - Caniçada; -------

Ponto sete - Análise e apreciação de parecer da Comissão de Reavaliação do Projecto "Naturparque". ----------

Intervenção do Público. ----------

Seguiu-se o período reservado às eventuais intervenções do público presente, ficando registados os pedidos de intervenção dos Senhores João Araújo Pimenta, do Senhor João Dias e da Senhora Dra. Clara Afonso. ----------

Seguidamente, o Senhor João Araújo Pimenta, da freguesia do Monte, assumiu a palavra e falando da escola primária da freguesia, construída pelo povo, em 1926, como fez questão de frisar, comunicou a discordância da população da freguesia relativamente à posse e ao uso que a Câmara Municipal deu ao edifício em causa, pois, segundo o próprio, a população e a Junta de Freguesia não sabiam que lá ia ser instalado o Centro Interpretativo dos Moinhos, já que, se tal fosse presente na Assembleia de Freguesia, nunca a escola teria passado para a

Câmara Municipal, frisou. Na sua opinião e as pessoas da freguesia pensam de igual forma, o edifício devia ter outro aproveitamento, talvez um Centro de Dia para apoio a idosos e terá que se arranjar uma solução, pois a população da freguesia não se contenta com o uso dado ao edifício. ----------

Sobre este assunto, interveio a Senhora Deputada Teresa Braga, Secretária da Junta de Freguesia de Chamoim, hoje em representação e substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, sendo que, pediu a palavra para um efectuar um esclarecimento, na qualidade de funcionária da Câmara Municipal de Terras de Bouro e que foi o seguinte: Segundo informações pedidas pelo Município e mais tarde fornecidas pela DGP (Direcção Geral do Património) as escolas primárias são pertença do Município há mais de cinquenta anos. --------

Igualmente sobre esta última matéria, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para afirmar compreender as posições da população em causa e que esta tem razão, pois, será preciso respeitar as suas tradições e ressarci-las do seu património, se este for, eventualmente, alienado. Será, igualmente, fundamental que se encontre uma solução que agrade e satisfaça ambas as partes, sublinhou o Senhor Dr. Ricardo Gonçalves. ----------

Seguidamente e dos elementos do público inscritos usou da palavra o Senhor João Dias, da freguesia do Campo do Gerês, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se o Município está preparado para receber toda a informação geográfica sobre a revisão do PDM e se irá haver capacidade técnica para analisar toda esse processo. ----------

Depois interveio a Senhora Dr.ª Clara Afonso que se apresentou como funcionária do quadro do Município de Terras de Bouro, licenciada em Filosofia e à qual se refere a "*Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal*", ponto da ordem de trabalhos desta sessão. Na sua opinião esta proposta não está bem fundamentada e, o que hoje aqui for decidido, configura, no seu entender, uma ilegalidade, pois, a criação ou extinção de cargos para o Gabinete de Apoio ao Presidente apenas compete ao mesmo Presidente da Câmara Municipal, que pode, desta forma, nomear e exonerar cargos de confiança politica, sublinhou e não cargos do quadro da Autarquia. Mais afirmou ser lógico que findo o mandato político, o GAP tem que ser constituído por outras pessoas e se essas são do quadro de funcionários, vão para onde, questionou. Para constituir o GAP com este procedimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal que faça como Lisboa, usando a lei própria para o efeito e constituindo um Gabinete de Apoio Técnico e Administrativo. Referiu-se ainda a Senhora Dr.ª Clara Afonso ao facto de constar nas GOP 2010 da colocação de um técnico superior a Chefe de Divisão mas que, em deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal não se encontrar essa deliberação registada, nem proposta da Câmara Municipal para a Assembleia Municipal aprovar. ----------

Sobre as intervenções do público, o Senhor Presidente do Município assumiu a palavra e sobre a escola primária do Monte, informou que existe um despacho governamental que permite a posse da escola e, desta forma, é possível a sua posse legal pelo Município. A verdade é que foram recebidos e investidos fundos comunitários para transformar a escola naquilo que ela é actualmente, um Centro Interpretativo (dos Moinhos) e assim sendo temos que encontrar um

consenso, pois nem a Câmara Municipal nem a população podem sair prejudicados desta situação. ----------

Voltou a intervir o Senhor João Araújo Pimenta e novamente sobre a escola do Monte questionou o facto da posse da escola depender das obras que a Câmara Municipal efectuasse no edifício mas se assim é realmente, há quantos anos não se fazem obras na dita escola, questionou, antes da requalificação, claro está. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra para frisar a necessidade de se encontrar uma solução para este problema. ----------

Igualmente sobre este assunto interveio o Senhor Manuel Aguiar Campos para chamar a atenção para o facto de que todos os investimentos do LEADER, como o caso da escola do Monte, terem um prazo de investidura de cinco anos e, assim sendo, no fim deste tempo, sugeriu, a escola poderia transitar para a Junta de Freguesia ou para a própria população. Mais lembrou aos presentes de que, quando se iniciaram as obras na escola, alguém da freguesia embargou as mesmas e a própria junta de freguesia de então perguntava, frequentemente, na Câmara Municipal para quando o reinicio das obras. ----------

De seguida usou novamente da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para dizer que o Senhor João Araújo Pimenta deverá ficar em contacto com o Senhor Presidente da Câmara Municipal para se chegar a um acordo e se, por acaso, tal não for possível, a Assembleia Municipal debruçar-se-á sobre o assunto. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio novamente sobre este assunto e comunicou que há um prazo legal a cumprir nesta questão e que até já está a ser equacionada a inauguração. ----------

No que à intervenção do Senhor João Dias diz respeito, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o Município terá que encontrar as capacidades técnicas necessárias para resolver a questão de tratamento da informação técnica do PDM. ----------

O Senhor Presidente do Município passou, seguidamente, a palavra ao Senhor Vereador, Dr. António Afonso que terá requerido a mesma para prestar alguns esclarecimentos sobre o assunto da escola primária do Monte. ----------

O Senhor Vereador assumiu então a palavra para dizer que o principal objectivo do Executivo anterior era recuperar o edifício e, dessa forma, avançou-se com uma candidatura aos fundos do LEADER +, com a aprovação daí resultante, avançou-se com o projecto. Quis deixar claro, o Senhor Vereador, que o anterior Executivo nunca teve o objectivo de tirar a escola à freguesia, mas e quanto à posse do imóvel, ela foi necessária, administrativamente, pelo Município, pois, só assim, o processo de candidatura para a recuperação do edifício poderia ser aceite. A escola continua a ser da freguesia e da população do Monte, concluiu o Senhor Vereador. ----------

A seguir iniciou-se o Período da Ordem do Dia e sobre o primeiro ponto, o Senhor Presidenta

Ricardo Manuel Ferreira Peralta

da Assembleia Municipal passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que sobre o "*Processo INTERMARCHÉ – Parque de Estacionamento;*" falou a todos os presentes sobre o Memorando e resumo orçamental (anexo à documentação) presente pela entidade proponente à instalação do espaço atrás referido. E assim sendo, transcreve-se: ----------

'MEMORANDO----------

É objectivo deste memorando formular uma proposta à Câmara Municipal, no sentido de viabilizar a instalação de um ***Intermarché*** *com 832m2 de área de venda, na construção anteriormente afecta à Cooperativa Agrícola de Terras de Bouro.* ----------

Tendo-se inviabilizada a hipótese de aquisição dos terrenos que confinam com os da Cooperativa a sul, e sendo também inviável financeiramente, a demolição integral do edifico existente e construção de uma cave para estacionamento, propõe-se o arranjo urbanístico da área publica adjacente, no sentido de permitir a criação de um parque de estacionamento público, que permita suprir as necessidades de aparcamento para este tipo de loja.----------

O arranjo urbanístico que se propõe implementar está definido nos desenhos e estimativa orçamental que se anexam a este memorando. ----------

Ficaria a cargo do proponente a sua integral execução, bem como dos dois cobertos previstos nas paragens do autocarro. ----------

O processo de aprovação do arranjo urbanístico, junto do IEP, seria requerido e coordenado pela Câmara Municipal.----------

A intervenção de arranjo urbanístico incide sobre uma área de 3.395m2.----------

Prevê-se que as áreas a pavimentar em passeios, o sejam em quarto de cubo de granito, com guias igualmente em granito, conforme existente no local. ----------

A pavimentação em áreas de circulação automóvel será constituída por betão luminoso, em duas camadas, uma de regularização e outra de desgaste, sobre base granolumetria extensa, nas áreas de pavimentação nova. Nas áreas já pavimentadas aplicar-se-á apenas uma camada de desgaste sobre a camada de regularização betuminosa e fundação existentes, após escarificação da camada de desgaste. A descrição e a definição dos trabalhos a efectuar está patente nas medições e orçamento que se anexam. ----------

Uma vez que o arranjo só prevê a possibilidade de paragem dos autocarros para entrada e saída de passageiros, o seu estacionamento prolongado e de pernoita terá que ser viabilizado pela Câmara Municipal, noutro local. ----------

Pretende-se, no entanto, beneficiar a comodidade dos utentes, deste meio de transporte, prevendo-se cobertos protegidos, um no lado nascente do arruamento com 40,00m2 e outro do lado poente com 32,50m2, podendo-se neste prever uma pequena área para tabacaria, que a Câmara Municipal poderá arrendar. ----------

Estes cobertos serão executados em estrutura metálica e vidro, de acordo com projecto a elaborar. ----------

O estudo prevê a existência de um parque de estacionamento com 31 lugares. No sentido de possibilitar que esses lugares possam, efectivamente, servir os utentes da loja, propõe-se que a Câmara instale parquímetros e se viável pelo regulamento do estacionamento, com duração máxima de aparcamento e com agravamento do custo por hora, por cada hora a mais de estacionamento. Propõe-se complementarmente a esta medida um protocolo a celebrar com a Câmara Municipal no sentido da loja oferecer a 1ª hora de estacionamento aos seus clientes que seriam pagos por esta à Câmara Municipal a uma taxa de 50% da taxa normal para a primeira hora."----------

Aberto o período de inscrições e sobre este ponto pediu a palavra o Senhor Deputado Agostinho Moura questionado quais as contrapartidas para o Concelho e sobre o pequeno comércio, nomeadamente, o da sede do Concelho irá ter também contrapartidas de alguma espécie ou não e quem vai suportar as obras necessárias ao nível de infraestruturas. É certo, afirmou o Senhor Deputado, que esta superfície vai gerar algum emprego mas também é certo que irá criar outra situação de abandono por parte de alguns comerciantes já hoje em dificuldades, será preciso ponderar bem esta situação. ----------

Também sobre esta matéria interveio o Senhor Deputado Américo Pereira querendo saber qual a posição do Executivo sobre este assunto já que, na sua opinião, cerca de 90% da população quer esta superfície no Concelho. A localização da estrutura merece algumas dúvidas ao Senhor Deputado, talvez não fosse de descurar outra possibilidade, já que reduzir a rotunda poderá não ser solução. ----------

A intervenção seguinte foi do Senhor Deputado Alexandre Pereira que começou por afirmar não ser adepto de outro tipo de discursos, nomeadamente, de argumentos antiquados e na realidade só pretende saber quantos postos de trabalho vão ser criados e que devem ser garantidos para pessoas de Terras de Bouro. ----------De igual forma, o Senhor Deputado Óscar Rodrigues interveio para questionar, igualmente, o número dos postos de trabalho, a possível asfixia no trânsito na área e, assim sendo, se não existirá a possibilidade de renegociar o projecto para o exterior da vila. ----------

A estas últimas questões o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu de seguida dizendo que sobre o local, os promotores só aceitaram a instalação do espaço, precisamente por ser no local em questão e quanto aos postos de trabalho, serão de vinte a trinta. Já quanto à opinião do Executivo, ela terá que ser muito bem ponderada. ----------

A Senhora Deputada Elisa Lameira pediu logo após a palavra para apelar ao Executivo Municipal que devem, nesta situação, ser salvaguardadas as pessoas do Concelho, comprometendo-se a entidade promotora a empregar terrabourenses. ----------

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio a seguir para sublinhar a importância do que se está a discutir, já que o processo é muito complexo. Hoje será muito difícil mudar qualquer aspecto porque o local foi negociado em hasta pública e a verdade é que o Executivo anterior deveria ter dado outro aproveitamento ao edifício. Na altura o entendimento da situação foi outro e agora *"apareceu o Intermarché"* , afirmou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocando de seguida a questão e cita-se *"que Vila queremos e com que características?", fim de citação.* Terras de Bouro é das vilas mais limitadas em termos de espaço, sublinhou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e tal acontece porque outros equipamentos não foram deslocados para os arredores da Vila, o que originaria a sua expansão, situação que é fruto das políticas adoptadas até aqui. A instalação destas superfícies, em meios como Terras de Bouro, origina dúvidas pela sua implementação e impacto juntos do comércio local, pois, cria vinte ou trinta postos de trabalho, mas poderá acabar com outros tantos e, na realidade, não se pode acreditar em tudo, mas há que transformar isto numa vantagem para combater o baixo poder de compra e o envelhecimento da população ao tentar fixar os mais jovens em Terras de Bouro. Importante é também avaliar a questão do parqueamento e respectivas contrapartidas, já que, beneficiando o *Intermarché* neste aspecto, há que pensar também nos comerciantes mais pequenos, assim como salvaguardar os transportes públicos, ressalvou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Concluiu, nesta fase, dizendo que o *Intermarché* não é o *Ecomarché,* é mais, digamos "agressivo", pois tem café, lojas e até poderá ter padaria. A avaliação desta situação terá que ser rigorosa, nem que para isso e se for preciso se crie uma comissão para acompanhar o processo. ----------

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta pediu, seguidamente, a palavra e começou por dizer que o *Intermarché* irá ser, sem dúvida, uma mais valia para a melhoria das condições de vida, nomeadamente das populações do Vale do Homem. No que diz respeito ao parque de estacionamento, o espaço em frente já é da actual Cooperativa e, a realidade, é que as paragens dos autocarros é que estão muito mal localizadas e a zona nunca foi servida por estruturas básicas como WC'S públicos, situação que poderá, também, ser agora alterada. Questão igualmente muito importante, prosseguiu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, é a criação de trinta a trinta e cinco postos de trabalho directos, além dos fornecedores, situação que terá que ser assegurada por pessoas de Terras de Bouro, criando, assim, indirectamente mais algum emprego. Como já aqui foi dito o promotor da superfície não aceitou outra localização e a população, na generalidade, também é favorável à sua instalação, à excepção de alguns pequenos lojistas. Continuando, disse que a problemática da cedência de espaço público em causa, é muito parecida com outras em que iguais requisitos foram preenchidos, como, em Moure, Balança, pela fábrica de cerâmica ou até pela Empresa Águas do Fastio, sendo que, esta do *Intermarché* até é uma situação de beneficio da população em geral. Segundo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, a instalação desta superfície só traz benefícios e, em princípio, será dada prioridade aos habitantes do Concelho

para lá trabalharem. ----------

Precisamente sobre este último aspecto interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que alertou para o facto de que, no processo negocial que se irá desenrolar, não se deve ceder à primeira e todas as situações devem ser previstas e acauteladas. Deu o exemplo da formação dos funcionários para o espaço, além de estes serem obrigatoriamente de Terras de Bouro, condição que terá ficar bem definida e assente no contrato de cedência, o Centro de Emprego poderá ajudar neste processo e em relação aos produtos a escoar é exactamente a mesma situação das pessoas e também definido por escrito, pois, se assim não for e vincou este aspecto, nada garante que daqui a algum tempo, os funcionários e os produtos não venham do exterior do Concelho. ----------

Sobre o aspecto dos produtos, o Senhor Deputado Américo Pereira interveio para informar que o Intermarché até costuma ter, por uma questão de política comercial, a preocupação e o cuidado de comercializar alguns produtos locais. ----------

Logo depois, interveio sobre este assunto o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, que abordou o "factor tempo", pois, na sua opinião, podemos estar a esperar demais por algo que não pode ficar por fazer e quanto à questão do comércio local, até só é usado ocasionalmente, já que a maioria das pessoas já faz o grosso das suas compras fora do Concelho nas grandes superfícies. ----------

Posteriormente, pediu a palavra o Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos para afirmar que relativamente às contrapartidas ainda não há, ao que parece, certezas, depois a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal nesta Assembleia foi *"nim"* e, também pelo que se ouviu hoje, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta é que parece já estar melhor informado sobre o processo. O exemplo que foi dado sobre o complexo industrial da Balança é elucidativo para o caso que se discute hoje, frisou o Senhor Deputado, pois, quando a empresa abriu, em Moure, comprometeu-se a criar oitenta postos de trabalho e só de pessoas de Terras de Bouro, que até foi cumprido, em parte, durante algum tempo e só não foi mais porque as pessoas não estavam habituadas ao regime fabril e daí com os resultados que todos conhecemos. Nesta questão, será fundamental a elaboração de um protocolo com o *Intermarché* durante um determinado período de tempo e, ao mesmo tempo, a superfície terá que pagar os mesmos impostos que os outros para não criarmos situação de desigualdade, pois, as promoções nos preços e a venda dos produtos locais levantam sempre muitas dúvidas na sua aplicação, concluiu o Senhor Deputado. ----------

Já a opinião do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondoriz que interveio logo depois é que este assunto tem de ficar definido hoje pois e cita-se "para ir ao *Pingo Doce*, em Vila Verde, fazer compras e só lá encontrar pessoas de Terras de Bouro, então que estas passem a fazê-las em Terras de Bouro e no *Intermarché!*", fim de citação. ----------

Sobre esta matéria pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Brufe

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

dizendo que considerar outro espaço, talvez em Pesqueiras, não fosse de descurar. ----------
A intervenção seguinte foi do Senhor Deputado Agostinho Moura que chamou a atenção para o facto desta reunião se arrastar há já quatro horas com a discussão de um ponto da ordem de trabalhos, o que lhe parece demais e torna estas reuniões enfadonhas. ----------
Colocado de seguida à votação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, foi aprovado por unanimidade. ----------
O Período da Ordem do Dia prosseguiu com a apresentação, dando cumprimento ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, da situação económica e financeira do Município, apresentando o Senhor Presidente da Câmara os documentos referentes à actividade do Município, no que diz respeito a cada divisão/secção, sendo, ainda, afirmado pelo Chefe do Executivo que existia um saldo em operações orçamentais de nove mil, duzentos e trinta e dois euros e seis cêntimos e em operações de Tesouraria e Contas à Ordem o valor era de trezentos e sessenta e um mil e quatrocentos e vinte oito euros e trinta e nove cêntimos. ----------
Continuando e sobre a situação do Município, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, e decorrente da candidatura apresentada às "7 Maravilhas da Natureza" , Terras de Bouro figura nos setenta e sete pré-finalistas com três locais, "A Mata da Albergaria", "A Serra do Gerês" e a candidatura espontânea do "Parque Nacional da Peneda Gerês", assumida pelo Município, acontecendo a votação final entre os dias sete de Março e sete de Setembro. Mais disse que o Município se fez representar na Bolsa de Turismo de Lisboa com stand próprio e onde esteve presente acompanhado do Senhor Avelino Soares, Primeniro Secretário da Assembleia Municipal. Sobre a vida interna do Município, o Senhor Presidente falou de algumas situações, nomeadamente, de obras ilegais que estão a ser averiguadas pelos serviços, de uma verba de quinhentos evinte ecinco mil euros (525.000,00 euros) que foi transferida, a três de Fevereiro, do INTERREG, de facturas de dois mil equatro e dois mil e seis e autos de medição que chegaram agora ao Município e que suscitam uma análise cuidada, pois causam estranheza, apresentando, inclusive, a empresa ACF à Câmara Municipal uma dívida de dois milhões de euros (2.000.000,00 de euros). Na contabilidade, informou, estará retido, segundo parecer do Gabinete Jurídico, um cheque por se tratar de um pagamento de uma situação ainda por clarificar e há também juros sobre situações de débitos da Câmara Municipal. Pelo atrás exposto foi requerido e já iniciado, na passada semana, um processo de auditoria cujos resultados se saberão logo que o processo esteja concluído. ----------
Em dois mil e dez, continuou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, as receitas médias mensais do Município serão de seiscento e quarenta mil euros (640.000,00 euros) e as despesas de quinhentos e trinta mil eurso(530.000,00 euros), o que deixa um saldo de cento e dez mil euros (110.000 euros) para actividade financeira corrente e investimentos. ----------
Está ainda a decorrer a fase de aprovação do financiamento para a piscina municipal e há o objectivo de reduzir para quarenta e cinco mil euros (45.000,00 euros) os custos com as Festas Concelhias. ----------
O Senhor Presidente informou ainda sobre a necessidade de aquisição de novos autocarros

para transportes escolares, pois há viaturas em "fim de vida útil", assim como contribuições para novas ambulâncias, apoios para lares e centros sociais e aproveitou a ocasião para pedir alguma contenção nos pedidos, já que, se pretende uma gestão cuidada dos recursos do Município, que se encontra, realmente, numa situação financeira difícil e que depois da auditoria terminada se tomarão as medidas julgadas oportunas. ----------

Aberto de seguida o período de inscrições para intervenções, pediu, em primeiro lugar, o uso da palavra o Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos começando por dizer que os elementos contabilísticos referidos deveriam ser apresentados atempadamente aos deputados da Assembleia Municipal, pois, mostram-se casos de dívidas de valor tão elevado e tão antigas, como desde dois mil e quatro e que ainda estão a ser analisadas pelo Gabinete Jurídico e pela Contabilidade e por isso é preciso ter muito cuidado com a divulgação destes dados sem a auditoria concluída. Mais disse que na próxima reunião deveria ser apresentado um relatório conciso. ----------

Ainda na sua intervenção referiu que a questão da renovação dos transportes escolares é muito importante e à qual deve ser dada, sem dúvida, prioridade. ----------

Posteriormente e ainda sobre o segundo ponto, assumiu a palavra o Senhor Deputado Vítor Mendes para dizer que os resultados da auditoria deve ser fornecidos, já que se trata de um instrumento de trabalho e de aplicação de uma gestão rigorosa. ----------

No que diz respeito ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra, após a introdução do mesmo ponto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e justificou a necessidade desta alteração, ao *Regulamento de Apoio à Natalidade, proposta elaborada* pelo Gabinete Jurídico, *por* um questão de melhoria na eficácia e rigor quanto à aplicabilidade do mesmo. ----------

Sobre este ponto pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta para afirmar a sua discordância relativamente ao ponto quatro do mesmo e onde se faz referência a "comprovativo de pagamento no Município em nome do (s) requerente (s)", o Senhor Presidente da Junta em questão entende que este artigo não faz muito sentido, nem concorda com ele, porque há pessoas que pediram o apoio e ainda vivem em casa dos pais e logo, assim sendo, ficam sem direito ao subsídio. ----------

O Senhor Deputado Óscar Rodrigues interveio logo depois sobre o quarto ponto para afirmar que o problema colocado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, poderá, na prática, ser ultrapassado pelo artigo sete do mesmo regulamento, onde se faz referência às lacunas, eventualmente, decorrentes do pedido e que poderão ser alvo de deliberação da Câmara Municipal. ----------

Também sobre o terceiro ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para esclarecer que esta situação poderá ser resolvida pelo atestado emitido pela Junta de Freguesia. ----------

Colocado de seguida à votação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, foi aprovado por maioria, com um voto contra, no caso, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta. ----------

Sobre o quarto ponto, "alteração ao Mapa de Pessoal", o Senhor Presidente da Câmara Municipal, após a devida introdução pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu-se ao documento que tinha já sido enviado a todos os elementos e onde constava a explicação, por necessidade e conveniência do serviço, de transferência de uma funcionária do GAP para Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural. ----------

O quarto ponto foi, de seguida, colocado à votação e aprovado por unanimidade. ----------

Passando de seguida ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal justificou a revisão com a inclusão de novas rubricas orçamentais fruto de verbas entretanto reajustadas, fruto de transferências financeiras. ----------

Neste quinto ponto, o uso da palavra foi requerido pelo Senhor Deputado Óscar Rodrigues que lamentou a diminuição da verba atribuída à Educação. ----------

Ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu de imediato para afirmar que a verba retirada à Educação não é significativa. ----------

O quinto ponto foi, seguidamente, colocada à votação, sendo aprovado por maioria, com seis votos contra, cinco do PSD e um do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês.

Logo depois, foi colocado, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, à consideração o sexto ponto e o Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu a palavra para explicar que, depois de um processo que foi, necessariamente, moroso, pela sua natural complexidade, está hoje pronto para ser apreciado e aprovado o Plano de Pormenor do Bairro da Caniçada – EDP.

Aberto o período de inscrições para o sexto ponto, interveio, em primeiro lugar o Senhor Deputado Óscar Rodrigues para questionar de que forma o processo foi concluído. ----------

Igualmente sobre o sexto ponto interveio o Senhor Segundo Secretário da Assembleia Municipal, Senhor Guilherme Coelho Alves, congratulando-se com a resolução deste processo, pois, ao fim de tantos anos e após tanta insistência, na qual também acha, na sua modesta opinião, que desempenhou um papel importante, vê chegar a *"bom porto"* o *Plano de Pormenor do Bairro da EDP – Caniçada,* que, na sua óptica, abrirá novas e melhores perspectivas, não só para a área em questão, mas também para a freguesia de Valdosende. Assume especial importância este desfecho, frisou o Senhor Guilherme Alves, pois, além de ser o local onde nasceu, foi muitas vezes questionado para quando o Plano estaria concluído, já que., era fundamental para a revitalização da zona do Bairro e adjacentes. É chegada assim a hora de demonstrar e pelas pessoas de Valdosende, o seu regozijo, sublinhou o Senhor Guilherme Alves. Concluiu, agradecendo a todos aqueles que intervieram no processo e que fizeram com que estivéssemos hoje aqui preparados para a sua aprovação, nomeadamente, ao Dr. Joaquim Viana, Presidente da Câmara Municipal e Vereador, Dr. António Afonso. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal usou, seguidamente, da palavra e sobre o *Plano de*

Pormenor do Bairro da EDP – Caniçada, informou que o processo transitou do Executivo anterior, já esteve em período de discussão pública e agora é submetido à Assembleia Municipal. ----------

Logo depois, o sexto ponto foi colocada à votação, sendo aprovado por unanimidade. ----------

Ainda sobre o *Plano de Pormenor do Bairro da EDP – Caniçada,* interveio o Senhor Vereador, Dr. António Afonso que agradeceu esta oportunidade, agradeceu, igualmente, as palavras do Senhor Segundo Secretário da Assembleia Municipal, Senhor Guilherme Alves e à própria Assembleia Municipal o empenho para que este processo chegasse a esta feliz conclusão. Mais realçou, o Senhor Vereador, que foram *"20 anos de lutas"* que irão agora permitir resolver este problema, criando obras de loteamento que permitirão desenvolver a zona, não querendo deixar de mencionar o papel do Senhor Manuel Aguiar Campos, do Senhor Abílio Guedes, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Valdosende e também do Senhor Engenheiro Agostinho da EDP.----------

Finalmente, o Sr. Prof. Óscar Rodrigues assumiu a palavra para saudar o actual e o anterior Executivo pela resolução desta situação, louvando a aprovação do Plano de Pormenor o *Plano de Pormenor do Bairro da EDP – Caniçada.* ----------

No que diz respeito ao último ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal explanou o mesmo e passou a palavra ao Senhor Primeiro Secretário, Senhor Avelino Soares, que, como Presidente designado da Comissão e sobre as reuniões havidas sobre o assunto e ponto da ordem de trabalhos *"parecer da Comissão de Reavaliação do Projecto "Naturparque"* agradeceu aos elementos da Comissão pelo empenho demonstrado, pois, foi, realmente, muito gratificante, trabalhar com todos eles, já que a entreajuda foi notória. Não deixou também de fazer um agradecimento especial ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, igualmente pela sua presença e empenho nas reuniões da Comissão. Ainda no domínio dos agradecimentos, o Senhor Primeiro Secretário, Senhor Avelino Soares, reconheceu a presença e contributos do Senhor Vereador, Dr. António Afonso, do Técnico da Autarquia, Dr. Vítor Peixoto e, claro está, à *"A FURNA"*, associação com uma ligação muito forte à zona abrangida pelo Projecto em causa. ----------

O parecer não é mais, informou o Senhor Avelino Soares, do que uma síntese das opiniões e conclusões a que a Comissão chegou e que hoje é aqui apresentado para ser submetido à deliberação da Assembleia Municipal. De seguida leu a conclusão e que de seguida se transcreve: ----------

´Conclusão: Pelo exposto, é nosso parecer que: ----------

O Projecto Natur Parque de Vilarinho da Furna poderá ser parcialmente retomado. ---------

As obras a concretizar deverão ser as seguintes: ----------

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

a)Praia fluvial e parque de merendas, com sanitários, parque de estacionamento e outras estruturas de apoio (ex. posto de socorro, balneários etc.) ----------

b)Posto de observação de animais selvagens. ----------

c)Trilho pedestre na Serra Amarela. ----------

d)Museu subaquático: permitir que as empresas de mergulho, por sua conta e risco, levem as pessoas a visitar as ruínas submersas da aldeia (como tem sido feito). As estruturas de apoio às empresas e aos mergulhadores estarão enquadradas nas estruturas da praia fluvial e parque de merendas. ----------

Nesse sentido deverá o Município aproveitar os incentivos financeiros, através do programa ON.2.----------

Caberá ao executivo definir as estratégias e reavaliar todo o procedimento tendo sempre em boa conta o encargo da "componente nacional". ----------

Sobre este assunto interveio depois o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que fez questão de agradecer à Comissão todo o trabalho desenvolvido e com os resultados hoje apresentados já que este assunto se reveste de especial importância pelo facto de não se poder perder os fundos comunitários e, desta forma, se reconhece que vale mesmo a pena trabalhar em conjunto, realçou.----------

Também o Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para agradecer todo o empenho demonstrado por todos os elementos da Comissão e realçou o respeito e consideração havidas para com todos os pontos de vista. Foi muito importante o esclarecimento de certos aspectos, nomeadamente, do facto de "A FURNA" pensar que o Município já teria recebido um milhão e duzentos mil euros(1200.000, 00 euros), o que não era, como sabem, verdadeiro e daí a reacção mais intempestiva da associação, por engano e numa primeira fase, isto antes das reuniões da Comissão. Á posteriori o entendimento foi muito bom, o projecto foi salvaguardado nos aspectos que interessariam e que irão, na mesma, ajudar a promover o turismo na zona e, finalmente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal congratulou-se pela conclusão obtida nas reuniões da Comissão. ----------

Aberto de seguida o período de inscrições para intervenções, pediu a palavra a Senhora Deputada Filomena Araújo que questionou o Sr. Presidente do Município sobre o que não parecia e não era possível no projecto anterior e agora já é. ----------

O Senhor Deputado Óscar Rodrigues foi o interveniente seguinte para perguntar qual o valor que fica agora estipulado na reformulação do projecto. ----------

Sobre estas questões, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu logo de seguida e à Senhora Deputada Filomena Araújo, afirmando não ser uma pessoa de "birras", mas sim, de convicções e que nunca esteve contra a praia fluvial ou outro qualquer aspecto que fosse exequível, já o Museu subaquático não lhe merecia a mesma opinião e o barco com fundo de vidro, idem, pois, os custos com estas infraestruturas seriam elevadíssimos e quanto aos

valores, questão colocada pelo Senhor Profº Óscar Rodrigues, estaremos a falar de uma diminuição assinalável, pois, onde até aqui se referenciava uma comparticipação do Município de trezentos mil euros, ela passará agora para cerca de cem mil euros, informou e concluiu o Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por unanimidade. ----------

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Secretário